

PARLAMENTO EUROPEU



Deputado Luís Marinho
Membro da Convenção para o Futuro da Europa

Convenção para o Futuro da Europa

Sexta-feira, dia 25 de Abril de 2003

Título X: Pertença à União

Senhor Presidente,

As normas relativas à saída da União, inscritas no artigo 46º, merecem alguma reflexão. Percebe-se o objectivo do projecto, ao querer consagrar a liberdade de saída de qualquer estado do seio da União, corolário do princípio da autodeterminação em que se materializa a independência nacional.

Mas, também se compreende que tal situação não possa ser encarada com ligeireza política. A pertinência de qualquer Estado à União implica sempre sequelas geográficas, constitucionais, jurídicas e políticas no corpo da União, dos restantes Estados membros e do próprio Estado que livremente decide sair. O saneamento e a clarificação das situações jurídicas, económicas e financeiras entre a União e os Estados que permanecem e o que sai, devem ser catalogados e resolvidos num acordo de saída que resguarde a continuidade e a fluidez de relações inter-estaduais, sem pendências conflituais.

Falta no entanto qualquer coisa no modelo do artigo. Algo que tenha a ver com os direitos que decorrem para os particulares da existência de um ordenamento jurídico autónomo, que não se confunde com o direito internacional, donde só ressaltam direitos e deveres entre Estados.

Os acordos de saída não podem limitar-se a regular o vazio de relações de direito público e internacional. Têm de abranger as faculdades e os direitos que cada cidadão, cada empresa ou cada agente económico incorporou na sua esfera privada e que são

afectados pelo fim da vigência das normas do direito comunitário originário e derivado.

Concluindo,

A saída de um Estado não é meramente assunto de direito político, público e internacional. É matéria também de direito privado e de tutela de direitos subjectivos dos cidadãos e inclusivamente de direitos da personalidade.

Este aspecto, que merece alguma atenção nas emendas belgas, deveria ser encarado com mais profundidade pelo *Praesidium* na versão definitiva do projecto.

Ninguém quer uma burocracia que tolha a liberdade de cada um seguir autonomamente o seu destino. Mas não podemos aceitar em contrapartida, o deserto jurídico, a incerteza e a insegurança em que podem ficar os cidadãos que acreditaram - quer fiquem, quer saiam - numa Comunidade de Direito.

Bruxelas, 25 de Abril d 2003.

A handwritten signature in black ink, featuring a stylized, cursive script with a large, sweeping loop at the end.